

## DEMOCRACIA PARTICIPATIVA NO BRASIL



Maria Sirley dos Santos<sup>1</sup>

*“Não é o discurso que justifica a prática,  
mas a prática que justifica o discurso”*

Paulo Freire

**Z**eus, o rei dos deuses gregos, conta-nos a história, que ao pensar na sobrevivência humana, percebeu que somente o domínio da técnica, não era suficiente para tal, pois como os homens não conheciam a arte do convívio, acabariam por fazer com que os interesses particulares se sobrepusessem às causas comunitárias, atacando-se mutuamente e promovendo a destruição geral da espécie.

Para que isso não ocorresse, enviou Hermes, o deus mensageiro, à Terra, com o objetivo de lhes dar o respeito

1. Geógrafa, Magíster en Ciencias Sociales, Secretaria General de la Asociación de Educadores de América Latina y El Caribe (AELAC) capítulo Brasil. Su más reciente publicación es *Pedagogía de la Diversidad*, editado en Santiago de Chile en 2003.

recíproco e a justiça. Estes se constituíram em princípios ordenadores capazes de criar laços de solidariedade no seio das comunidades que viriam a ser organizadas.

As cidades gregas ou *polis*, floresceram nos séculos VII e VI a.C. quando então a união das aldeias leva ao estabelecimento de novas relações entre os habitantes, as quais progressivamente instituem instâncias de participação e decisão tais como assembleias, tribunais e magistraturas.

Nos séculos V e IV a.C., Atenas se configura enquanto alma maior coletiva, do cidadão, cujo bem-estar é resultado da contribuição de cada um, visto como parte integrante de um todo.

“Essa comunhão entre o indivíduo e a cidade chamou tempos mais tarde, a atenção do filósofo Hegel que a batizou de *totalidade ética*”. (Oliveira, 2001).

Estes ensinamentos gregos sobre a importância das relações entre os seres humanos, para a nossa sobrevivência, foram por mim recolhidos, entendendo que eles podem nos ajudar a entender melhor a concepção e os fundamentos da Democracia Participativa.

Antes de analisarmos a Democracia Participativa no Brasil, penso ser fundamental colocarmos o foco de nossas atenções naquilo que entendemos por participação e democracia.

“Quando pensamos em Democracia, pensamos em direitos individuais, na separação dos poderes, em eleições majoritárias..., pois voltando à Grécia, em Atenas, muitas funções eram providas dessa forma, e ainda hoje, a designação

dos jurados nas sessões de julgamento depende desse procedimento”. (Morin, 2001).

Evidentemente uma democracia não pode sobreviver sem um mínimo de consenso sobre tais princípios. Ao mesmo tempo, ela requer opiniões que se confrontam, o que implica diversidade de opiniões.

A democracia nutre-se dos conflitos, mas o faz de maneira particular, ela os canaliza para que eles se expressem por meio de discursos, artigos, textos, isto é, por meio da palavra e não de golpe e de armas.

Ela não é em absoluto a ditadura da maioria. Pelo contrário, pressupõe a proteção das minorias e a não repressão das idéias que possam parecer afastar-se de padrões estabelecidos.

A democracia não tem verdade. Ela respeita as verdades que se opõem. O dinamismo democrático não precisa unicamente dos conflitos, mas também faz parte de seus fundamentos, a participação ativa dos cidadãos.

### ¿Como entendemos a participação?

A participação é por nós entendida como um processo de conquista, que é desenvolvido pelo próprio sujeito; ou seja é em realidade um processo de auto-promoção, não devendo ser entendida como dádiva, como concessão, como algo pré-existente. (Santos e Schnelzler, 2001).

O que devemos trabalhar é o desenvolvimento de uma cidadania ativa. Isto significa a participação dos indivíduos nas decisões da cidade, como seu co-governante, o que

implica a necessidade do desenvolvimento da faculdade de julgar.

Para Boaventura Souza Santos, Grande sociólogo português, a maioria dos países que se dizem democráticos têm uma democracia restrita ao campo político e com muitas limitações. Por isso é importante segundo este pensador, que se complemente a democracia representativa, não só em nível local, mas também nacional e global.

Radicalizar a democracia, nos campos, econômico, político e social, como também na família, no trabalho, na justiça, nas relações internacionais, não é importante apenas como prática, diz Boaventura, mas também contra a globalização neo-liberal, elitista e anti-democrática.

As organizações da sociedade civil, precisam ter um funcionamento democrático e transparente. É preciso criar formas democráticas de fiscalização pública para o setor público não estatal. Esse é um dos aprofundamentos necessários na democracia participativa, pois para que a participação se dê de fato, é fundamental criar mecanismos específicos de participação popular.

Se pensarmos em participação no campo educativo, devemos pensa-la dentro de um processo claramente inserido nas condições sociais, desdobrando-se em três momentos intimamente ligados que são:

- a preocupação de se conhecer a realidade em que se atua e as representações sociais através das quais ela é percebida e sentida, chamado momento de diagnóstico participativo;
- um segundo momento em que realizamos as



- sistematizações, aprofundando e transformando em ação –programação;
- desenvolvimento, que se dá em dois tempos, a ação pedagógica e a ação sobre a realidade social, que é compreendida como Planejamento Participativo.

## A democratização da participação no Brasil

A palavra participação começa a fazer parte do discurso oficial brasileiro em meados da década de 70, em plena ditadura militar.

O primeiro motivo que desencadeou a febre participacionista, encontra-se no fato de que a partir de 1968, com o apoio dos setores progressistas da Igreja católica e algumas denominações protestantes, inicia-se um Movimento Popular de cunho participativo, na perspectiva das classes populares, que se expressa claramente no processo eleitoral de 1974, pela rejeição ao governo militar.

A partir daí, tivemos momentos importantes de mobilização no Brasil, principalmente em relação aos desencadeados pelos Metalúrgicos no ABC paulista, onde se destaca a grande assembleia de operários realizada em Vila Euclides, tendo Lula na liderança. Nesta Assembleia está o germe da criação do Partido dos Trabalhadores.

Destaca-se também nesta época a imensa participação popular no Movimento da Anistia Total e Irrestrita aos exilados e o Movimento das Diretas Já, que exigia o retorno a Democracia.

Estes são fatos na história do processo de redemocratização no Brasil, que possibilitaram os avanços posteriores no campo do exercício dos direitos de cidadania, que logicamente envolve a participação de todos nas decisões fundamentais do País.

Mas, para podermos falar em Democracia no Brasil, é fundamental que se faça uma discussão inicial sobre a questão da cidadania, ao qual é associado.

Algumas indagações sobre a noção de cidadania, levantada por Maria Vitória Benevides, grande educadora e cientista política da Universidade de S.Paulo, são fundamentais em sua correlação:

- o aperfeiçoamento dos direitos políticos do cidadão pela implementação de mecanismos da democracia direta, como referendo, plebiscito e iniciativas populares, acolhidas pela atual Constituição brasileira;
- a educação política do povo, como elemento indispensável da democracia e da cidadania.

Marilena Chauí, filósofa presente em diferentes momentos de construção de Políticas Públicas no Brasil, se refere à cidadania como conquista e consolidação social e política. A cidadania afirma ela, exige instituições, mediações, e comportamentos próprios, constituindo-se na criação de espaços sociais de luta (movimentos sociais, sindicais e populares) e na definição de instituições permanentes para a expressão política, como partidos, legislação e órgãos do poder público.

Distingue-se, portanto da *cidadania passiva* —aquela outorgada pelo Estado, com a idéia moral do favor e da tutela— da *cidadania ativa*, aquela que institui o cidadão como portador de direitos e deveres, mas essencialmente criador de direitos para abrir novos espaços de participação política.

Mas, em nossas sociedades, tão marcadas pelos desequilíbrios e desigualdades, como fazer funcionar as formas mais avançadas de democracia participativa?

Concordo com Maria Vitória de que a Educação Política, entendida como educação para a Cidadania Ativa,

é o projeto nevrálgico de participação popular. Esta educação, como a compreendemos se processa na prática. Aprende-se a votar, votando.

Entender a participação popular como uma “Escola de Cidadania”, exige garantias ao povo de receber informações e a consolidação institucional de canais abertos à participação, com pluralismo e liberdade.

De qualquer maneira é importante reafirmar que a Educação Política, através da participação em processos decisórios de interesse público é importante em si, independente dos resultados do processo, que muitas vezes é diferente daquele que esperávamos.

### **Democracia participativa no Brasil – Exemplos de algumas práticas**

A criação de espaços públicos de decisão, quebra o monopólio da chamada democracia representativa e abre espaço para a democracia direta, comprometendo o tradicional verticalismo do aparelho estatal.

Somente com a aplicação da democracia participativa poderá haver um descentralização das estruturas do poder.

O Orçamento Participativo, instância democrática, existente em todos os Estados e Cidades administradas pelo Partido dos Trabalhadores, se constitui o exemplo mais transparente do processo de democratização da gestão pública.

Juntamente com os Conselhos Populares, o Orçamento Participativo figura como uma forma de permitir

a combinação da democracia representativa com a participação direta da sociedade nas diferentes instâncias de poder.

No Orçamento participativo, todos os investimentos são decididos pelos cidadãos num longo processo de discussão, onde a cidadania anuncia demandas, estabelece prioridades, sendo assim convocada a construir uma visão política universalizadora, globalizadora do Estado superando os corporativismo e os particularismos.

O Orçamento Participativo é sem dúvida um exercício concreto de soberania popular. Estabelece um processo irreversível de democratização do Estado e consolida uma esfera pública democrática e popular que viabiliza o controle social das Instituições Públicas.

O Presidente atual do Brasil, Luis Inácio Lula da Silva, vai praticar esta ação democrática, agora, fazendo um chamado à nação sobre o processo que será realizado por primeira vez em nosso país, quando a sociedade brasileira participará da definição dos principais investimentos do Governo. Numa ação conjunta, a Secretaria-geral da Presidência e o Ministério de Planejamento, vão consultar institutos de estudos, igrejas, sindicatos, organizações não governamentais (ONGs), entidades empresariais e universidades durante a formulação do Plano Pluri-anual (PPA) do governo para o quadriênio 2004-2007.

Outro exemplo de participação popular, vivenciado no Brasil, na cidade de Porto Alegre, é o Fórum Social Mundial e o Fórum Mundial de Educação. São estes Fóruns grandes movimentos mobilizadores de opinião pública e que vem encontrando respostas conjuntas aos problemas vividos

pelos países pobres. Este ano estiveram presentes perto de 50.000 pessoas de centenas de países.

Em relação a política de democratização do Estado proposta pelo Partido dos Trabalhadores, pode-se dizer que para este, a democracia não se limita aos procedimentos formais da competição eleitoral. Ao contrário da ênfase as propostas de participação popular quanto ao processo de formulação, decisão, execução e fiscalização das políticas públicas, com o firme propósito de transformar as relações de poder e a direção intelectual e moral da vida brasileira.

Assim a participação popular proposta, tem outra concepção e qualidade: passa -se a participar como sujeito coletivo de uma alternativa popular para toda a sociedade.

### Política de democratização do Estado e a Educação – A vivência do estado do Rio Grande do Sul e da Cidade de Porto Alegre

Na cidade de Porto Alegre a política de democratização do Estado ampliou-se para a Educação, principalmente a partir de 1993, cujo processo síntese é representado através da Escola Cidadã, lugar de articulação da Educação com o projeto estratégico de transformação social.

Para a democratização das relações na escola, Diretriz Fundamental da Escola Cidadã, criou-se mecanismos institucionais que garantem a participação dos diferentes segmentos, tais como os *Conselhos Escolares* e a *Constituinte Escolar*.

O Movimento da Constituinte Escolar, como é chamado, se constitui numa ampla mobilização, um processo de participação popular, para a definição de políticas públicas e de fortalecimento do controle social sobre o Estado.

É um processo concreto da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul, e da Secretaria de Educação do município de Porto Alegre, para que educadores, pais, estudantes, funcionários, movimentos sociais populares, instituições de Ensino Superior e Instituições do poder público, ocupem seus lugares nas definições dos rumos da Educação e da Escola Pública e conseqüentemente resgatem também o seu lugar na história deste estado brasileiro.

É um processo que parte das práticas pedagógicas sendo que a teorização vai acontecendo ao longo do processo como um todo, pois em todos os momentos da Constituinte a prática e a teoria estão interligadas, enquanto efetivo exercício de análise e reflexão a partir da ação.

Esse processo de aprofundamento teórico, foi de grande importância na construção das condições de sustentação para a formulação de Princípios e Diretrizes, definidos na primeira Conferência Estadual de Educação. Tornaram -se em instrumentos de construção e reconstrução, de elaboração e reelaboração da política educacional do Estado do Rio Grande do Sul e da cidade de Porto Alegre.

Assim a Constituinte Escolar, vem se consolidando enquanto Movimento Político-Pedagógico de resgate e de apropriação da educação e da escola pública pela comunidade escolar e pelos setores populares.

Entendemos que ampliar e qualificar a participação popular são condições de prática e consolidação da

Democracia Participativa, na qual, ser sujeito não é apenas votar e delegar poderes, mas principalmente, participar, interferir nas definições políticas, econômicas e sociais.

Tratar da participação popular é tratar necessariamente da construção do ser humano enquanto sujeito transformador da História. É a possibilidade do resgate do papel de cada um enquanto sujeito ativo e transformador do mundo que construímos a cada passo e a partir do nosso dia a dia.

Aqui a prática justifica o discurso, como nos ensinou Paulo Freire.

Março de 2003

